



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

---

### ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

# FLASH

# 9698

**Presidente da Mesa Diretora:** José Marcos Martins de Freitas

**Espécie:** Veto

**Categoria:** Mantidos, aprovados

**Autoria:** Executivo Municipal

**Data:** 10/12/2019

**Descrição Sumária:** VETO AO PROJETO DE LEI Nº 86/2019. (MANTIDO). Proíbe a comercialização, o manuseio, a utilização, a queima e a soltura de fogos de estampidos no Município de Montes Claros, e dá outras providências.

**Controle Interno – Caixa:** 01

**Posição:** 52

**Número de folhas:** 07

---

espécie: veto  
Categoria: montesclaros  
CX: 01  
Ordem: 52  
nº fls: 05



# Câmara Municipal de Montes Claros

VETO

AUTOR:

Executivo Municipal

ASSUNTO:

Veto do Executivo Municipal ao Projeto de Lei nº 86/2019 “ que  
~~Proíbe a Utilização, a Queima, e a Soltura de Fogos de~~  
~~Estampidos no Município de Montes Claros”.~~

## MOVIMENTO

- 1 -
- 2 - Entrada em -10/12/2019
- 3 - Comissão Especial.
- 4 - *MAK 11 DO VETO EM. 20.12.2019*
- 5 -
- 6 -
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -



# MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS

*Gabinete do Prefeito*

Montes Claros (MG), 04 de dezembro de 2019

Exmo. Sr.

**Vereador José Marcos Martins de Freitas**

DD. Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros

Ofício nº GP- /2019

Assunto: Veto integral ao Projeto de Lei n.º 86/2019

EMENTA: PROJETO DE LEI QUE PROIBE A UTILIZAÇÃO, A QUEIMA E A SOLTURA DE FOGOS DE ESTAMPIDOS NO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS - VETO - PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO IMATERIAL - PRESERVAÇÃO CULTURAL - FUNÇÃO CONSTITUCIONAL DO ESTADO

Senhor Presidente,

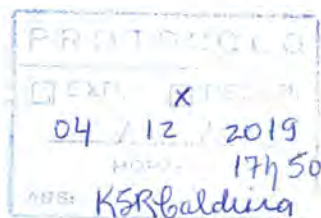
Tenho a honra de acusar o recebimento do Projeto de Lei nº 86/2019, que **"PROIBE A UTILIZAÇÃO, A QUEIMA E A SOLTURA DE FOGOS DE ESTAMPIDOS NO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS"**, oriundo dessa Presidência e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo artigo 54, parágrafo 1º e de conformidade com o disposto no inciso IV, do artigo 71, ambos da Lei Orgânica Municipal, VETEI-O integralmente, por julgá-lo em desacordo com o dever constitucional do Estado de preservação do patrimônio imaterial do povo de Montes Claros, em razão dos motivos adiante expostos.

## RAZÕES E JUSTIFICATIVAS DO VETO

O Projeto de Lei nº 86/2019, de iniciativa desta Augusta Casa, merece ser integralmente vetado. Não obstante possam ser louváveis os princípios que nortearam a elaboração do referido Projeto, é de se reconhecer que o mesmo, ao proibir a soltura de fogos de artifício nesta urbe acaba, de forma direta, por violar a proteção de tão importante expressão cultural de nosso povo.

É importante destacar que a utilização de fogos de artifício está presente na vida cotidiana da cidade. Em diversas manifestações religiosas, como no dia da padroeira do Brasil, **Nossa Senhora Aparecida**, é comum que seus fiéis, como sinal de sua devoção, utilizem fogos de estampido em toda a cidade.

Página 1 de 3





## MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS

*Gabinete do Prefeito*

Do mesmo modo, também assim ocorre em várias outras comemorações de dias sagrados, festas populares, comemorações de aniversários e em comemorações esportivas.

Todas as comunidades rurais de Montes Claros tem presente a utilização dos fogos de artifício como parte importante e fundamental de seus festejos. Vários torcedores esportivos esperam a vitória de seu time para a comemoração com fogos de artifício. Todas as religiões professadas na cidade expressam sua fé, vez por outra, com fogos de artifício. Vários pais esperam o nascimento de seus filhos para comemorarem com fogos de artifício. Ou seja, a utilização de fogos de artifício está introjetada de forma presente em nossa Cultura.

É função política do Executivo, trazer à reflexão, no processo legislativo, situações que possam não expressar a vontade dos cidadãos. Não acredito que seja desejo dos cidadãos de Montes Claros abrirem mão de sua Cultura, de suas crenças. O presente projeto de lei não expressa a vontade do Povo de Montes Claros, não de sua maioria.

É de se dizer que é dever do Poder Público, também, preservar o chamado patrimônio imaterial de seu povo, dicção que se extrai claramente do artigo 215 da Constituição da República, que inaugura a seção intitulada "Da cultura", que por sua vez, estabelece:

***Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes de cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.***

Ora, claramente, o patrimônio imaterial, como o atacado com o presente projeto de lei, faz parte da Cultura que deve ser protegida.

A UNESCO, órgão das Nações Unidas, conceitua patrimônio imaterial como as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos os indivíduos, reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural.

E de tal modo, como parte integrante do convívio social, proibir que os cidadãos desta cidade possam comemorar suas crenças e festejos, com fogos de artifício, certamente maculará o conceito de preservação cultural.



## MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS

*Gabinete do Prefeito*

Pelo exposto, outra solução não resta, ante a evidente ofensa ao dever de preservação cultural, previsto no artigo 215, da Constituição da República, senão que Vetar o projeto de Lei nº 86/2019.

Estas, Senhor Presidente, são as razões que levam-me a VETAR o projeto de lei em comento, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Nobres Edis desta Augusta Casa Legislativa.

Sendo o que se apresenta ao momento, reafirmo na oportunidade protestos de distinta consideração e apreço.

  
**Humberto Guimarães Souto**  
**Prefeito de Montes Claros**

  
**Otávio Batista Rocha Machado**  
**Procurador-Geral do Município**  
**OAB/MG 89836**

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
A COMISSÃO DE ESPECIAL

EM 10 DE DEZEMBRO DE 2019

  
PRESIDENTE



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS**

### **ASSESSORIA LEGISLATIVA**

**PARECER SOBRE VETO AO PROJETO DE LEI nº 86/2019, QUE “Proíbe a utilização, a queima e a soltura de fogos de estampidos do Município de Montes Claros”, de autoria do Prefeito Municipal.**

Veto enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG para análise.

O veto apresentado tem como fundamento interesse público, sendo que a manifestação desta Assessoria se dá em relação apenas quanto a legalidade. Assim, uma vez que não houve questionamento acerca da legalidade, torna a situação uma questão interpretativa e meritória a ser decidida pelo plenário, fugindo, portanto, da alçada desta assessoria.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 11 de dezembro de 2019.

Luciano Barbosa Braga  
Assessor Legislativo  
OAB/MG 78605



# **Câmara Municipal de Montes Claros - MG**

## **COMISSÃO ESPECIAL**

### **PARECER**

Veto Total ao Projeto de Lei nº 86/2019, que "Proíbe a Utilização, a Queima e a Soltura de fogos de Estampidos no Município de Montes Claros e dá Outras Providências."

#### **I- RELATÓRIO**

O Prefeito, usando da faculdade que lhe confere o artigo art. 54, §1º combinado com o artigo 71, inciso IV da Lei Orgânica Municipal, vetou integralmente o Projeto de Lei nº 86/2019.

O veto foi encaminhado para exame desta Casa, que por força do despacho do seu Presidente e em cumprimento ao disposto no artigo 80, inciso I do Regimento Interno, foi enviado à Comissão Especial, nomeada pela Portaria 213/2019 constituída pelos vereadores Aldair Fagundes Brito, Sebastião Ildeu Maia e Valdecy Fagundes de Oliveira, para, nesta oportunidade, manifestar sobre o veto à matéria aprovada por este Legislativo.

#### **II- FUNDAMENTAÇÃO**

O projeto de lei, ora vetado, trata de proibir a utilização, a queima e a soltura de fogos de estampidos no Município de Montes Claros.

O Executivo, para fundamentar o veto, alega que a proposição está em desacordo com o dever constitucional do Estado de preservação do patrimônio imaterial do povo de Montes Claros.

Após análise das argumentações elencadas no parecer do veto, esta Comissão concorda com a alegação de que a matéria, no momento, não expressa a vontade da maioria da população do Município, especialmente, dos moradores da zona rural, que muito utiliza os fogos de estampido nos seus festejos.

#### **III- CONCLUSÃO**

Diante do exposto, esta Comissão conclui pela manutenção do veto ao Projeto de Lei nº 87/2019.

Sala das Comissões, 19 de dezembro de 2019.

Comissão Especial

Presidente "ad hoc"- Ver. Valdecy Fagunde de Oliveira

Membro – Ver. Aldair Fagundes Brito